

Globethics Repository



A rede de ITCPs [The ITCPs network]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Della Vechia, Renato;Tillmann, Reinaldo;Nunes, Tiago
Publisher	Editora UnilaSalle
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-04 22:17:17
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/224267

A REDE DE ITCPs – PASSADO, PRESENTE E ALGUNS DESAFIOS PARA O FUTURO

Renato Della Vechia

Reinaldo Tillmann

Tiago Nunes

Antônio Cruz

Resumo

O artigo contextualiza historicamente e descreve o surgimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares nas universidades brasileiras, bem como da rede que nasceu juntamente com elas (REDE DE ITCPs), a partir de meados dos anos 90; indica as características principais do trabalho das incubadoras e os princípios e debates teórico-metodológicos, que acompanham as ações das incubadoras; analisa as formas de financiamento e o funcionamento do programa governamental, que constitui a principal fonte de recursos das incubadoras; por fim, perscruta as ameaças, os desafios e as oportunidades com que as incubadoras se defrontam hoje, passados mais de dez anos da fundação de sua Rede.

Palavras-chave

incubadora – cooperativa popular – economia solidária – tecnologias sociais – REDE DE ITCPs – PRONINC

THE ITCPs NETWORK - PAST, PRESENT AND SOME CHALLENGES FOR THE FUTURE

Abstract

The article analyzes and describes the historical emergence of technology incubators of popular



cooperatives in Brazilian universities, as well as the network that was born along with them (ITCPs NETWORK) from the mid-90; it also indicates the main characteristics of the work of incubators and the principles and theoretical and methodological debates that follow the actions of incubators; it analyzes forms of financing and operation of the government program, which is the main source of funding of incubators; And finally, the article examines the threats, challenges and opportunities that incubators face nowadays after more than ten years of the foundation of the network.

Key words

Incubator – Popular Cooperative – Solidarity Economy – social technologies – ITCPs Network – PRONINC

1 A REDE DE ITCPs – UMA APRESENTAÇÃO

ITCP é a sigla brasileira para *incubadora tecnológica de cooperativas populares*. Foi o nome dado à primeira incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários, em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma ITCP é uma unidade acadêmica interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é fazer interagir o meio universitário e os grupos de trabalhadores/as, que tentam empreender economicamente de forma coletiva – solidária e autogestionária – de maneira a apoiar a formação e a consolidação dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, transformar a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares. Isso é feito através de um processo intenso de troca de conhecimentos práticos e teóricos e de uma construção compartilhada de novos conhecimentos, entre a incubadora e os grupos de trabalhadores associados.



Hoje (início de 2011), existem aproximadamente 70 incubadoras desse tipo no Brasil¹. A REDE DE ITCPs, por sua vez, surgiu em 1998, com apenas oito incubadoras, e agora, treze anos depois, soma quarenta e três.

Nossa intenção, neste artigo, é propor um balanço desta década de existência das ITCPs, situando o leitor, que não conhece tais experiências e, ao mesmo tempo, avaliando o caminho percorrido, identificando seus limites e delimitando seus desafios atuais.

As duas primeiras seções do trabalho tratam do passado – é *uma* (apenas *uma*, como não poderia deixar de ser) história da construção da REDE.

As três seções seguintes tratam do presente: o funcionamento das incubadoras, as teorias, que as informam em suas práticas e o programa governamental, que financia a maioria delas.

A penúltima seção – antes de nossos “*devaneios finais*” – é sobre o futuro: os desafios e as oportunidades, que se abrem às incubadoras, neste momento.

Antes de encerrar esta apresentação, porém, convém esclarecer que este texto é, também, uma homenagem a todos aqueles que antes e que depois da primeira incubadora sonharam e continuam sonhando com uma universidade livre, popular e solidária.

2 UMA HISTÓRIA DA REDE – PRIMEIRA PARTE: O SURGIMENTO

A década de 80, no Brasil, foi a década da economia estagnada e dos movimentos sociais em efervescência. A crise da dívida externa atingiu o país tão duramente quanto ao resto da América Latina e a resistência à ditadura militar

¹ Já há, também, uma incubadora de tipo ITCP na Universidad de la República (Uruguai) e outra em fase de instalação na Universidad de Puerto Rico (Recinto de Río Piedras). A REDE DE ITCPs já foi informada da existência de programas acadêmicos similares na Argentina, França, Alemanha e Canadá.



transformou-se em um amplo movimento pela democracia, mas também pela transformação social. Com os sindicatos influenciados por ideologias trabalhistas diversas, com as igrejas (especialmente a católica) sob a hegemonia da teologia da libertação e com a recomposição de grupos políticos marxistas (perseguidos duramente pelo regime militar), a esquerda brasileira ganhou força, construindo um partido socialista democrático (o Partido dos Trabalhadores), uma central sindical de esquerda, até então, inexistente (a CUT – Central Única dos Trabalhadores) e outros movimentos populares importantes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A redemocratização veio em 1985 e, em 1988, sob a pressão dos movimentos sociais, foi aprovada uma constituição de viés social-democrata. No ano seguinte, em 1989, o rosto, que representava politicamente todo esse movimento – Lula – passou ao segundo turno das eleições presidenciais, quando só então pôde ser derrotado, e mesmo assim, por uma diferença mínima de 5% dos votos.

Na década de 90, os setores economicamente dominantes tiveram de reagir politicamente ao avanço da esquerda, sem contar com o apoio dos militares. A crise dos modelos de esquerda na Europa (do socialismo estatal e do Estado de bem-estar) permitiu à elite unificar-se em torno da proposta neoliberal e o país passou por nova reviravolta política, agora de sentido inverso: os mercados (industrial, agrícola, de serviços, financeiro) foram liberalizados; a maior parte do setor público da economia foi privatizado; os orçamentos públicos foram severamente restringidos; a reestruturação produtiva da indústria e da agricultura, aliadas à estagnação do crescimento econômico (média de 1,9% na década), elevou rapidamente as taxas de desemprego, que dobraram no período entre 1991 e 1999; o mercado de trabalho tornou-se majoritariamente informal e a precariedade e a instabilidade dos empregos tornaram-se regra. Com tudo isso, os movimentos sociais não conseguiram resistir à fragmentação das categorias profissionais e à dispersão dos trabalhadores e entraram, também, em crise, incapazes de responder à ofensiva conservadora. Apesar do *impeachment* por corrupção do primeiro



presidente neoliberal – Collor de Mello (1990-92) – os movimentos sociais não conseguiram retomar seu protagonismo.

Graças ao controle da inflação herdada dos últimos anos (em 1989, por exemplo, o Brasil teve uma inflação de 1800%), o candidato apoiado pela elite – Fernando Henrique Cardoso² – venceu Lula em duas eleições, em 1994 e 1998. Nesse período, governos e empresários adotaram uma postura radical contra os sindicatos e contra o movimento sem-terra, e a esperança de mudanças pela via política começou a esvanecer-se.

Tudo isso gerou respostas bastante diversas por parte dos trabalhadores. O mercado informal cresceu até a sua saturação. O desemprego e a pobreza levaram centenas de milhares de pessoas à “economia da violência e da contravenção” – roubos e assaltos, sequestros, tráfico de drogas, prostituição, jogos ilegais...

Ao mesmo tempo, aqui e ali, apareciam grupos de trabalhadores, que se reuniam para tentar sair do desemprego por outra via. Com o apoio de alguma igreja ou de algum sindicato ou ONG, começaram a se formar grupos de trabalho, associações, cooperativas; uma ou outra empresa, que falia, era assumida por seus funcionários (mais tarde, os argentinos batizariam esse fenômeno como o das “fábricas recuperadas”), trabalhadores autônomos se reuniam para produzir conjuntamente. Em pontos isolados do país, um fenômeno econômico nutria-se de casos aparentemente isolados: catadores de material reciclável, que antes traba-

² Fernando Henrique Cardoso era um intelectual brilhante, que havia trabalhado na CEPAL (a Comissão Econômica para a América Latina, da ONU) no final dos anos 60. Esteve autoexilado na França e ao voltar ao Brasil participou ativamente da luta política pela redemocratização. Elegeu-se senador por um partido de oposição ao regime militar e depois se tornou ministro da fazenda (da economia) do governo de Itamar Franco – o vice-presidente, que sucedeu Collor de Mello após o *impeachment*, em 1992. Fernando Henrique coordenou o plano econômico, que erradicou a hiper-inflação no começo de 1994, o que lhe garantiu a vitória sobre Lula. O “Plano Real” teve seu sucesso garantido – assim como seus congêneres no México, Argentina, Uruguai e outros países – graças à renegociação das dívidas externas, garantida pelos EUA através do chamado “Plano Brady”, que ampliava os prazos de pagamentos em troca de compromissos de liberalização econômica.



lhavam sozinhos, formando cooperativas; agricultores familiares, que buscavam o mesmo caminho; em alguns lugares, o artesanato, a produção artística e o turismo, também, se organizavam. Lentamente, a economia solidária ia ganhando corpo.

O avanço da pobreza levou a uma ação social direta por parte de alguns setores da classe média. Em 1993, uma ONG do Rio de Janeiro – o IBASE –, liderada por um dos intelectuais-símbolos da luta contra a ditadura (Herbert de Souza – “Betinho”), inicia uma campanha de combate à fome, baseada na solidariedade social: era a “Campanha Nacional Contra a Fome e a Miséria, e pela Vida”, que ficou depois conhecida como “Campanha do Betinho”³. Milhares de comitês da campanha apareceram por todo o país, e as universidades, é claro, estavam, também, nesse contexto.

Entretanto, os setores universitários comprometidos com as lutas sociais dos setores populares tinham uma longa história no Brasil e embora a Campanha Contra a Fome fosse inatacável em função da urgência do problema, muita gente começou a questionar o papel das universidades naquela situação: como podia o *locus* social da construção do conhecimento contentar-se com a mera filantropia? Por que o conhecimento não era capaz de gerar ferramentas sociais eficazes contra a fome e a miséria? Ou, de forma mais crítica: diante de um contexto político adverso, em que a transformação social parecia temporariamente derrotada, qual seria o caminho que permitiria responder à urgência da fome e da miséria e, ao mesmo tempo, retomar o rumo da transformação social? Foi em meio a esse debate que nasceram as primeiras incubadoras.

³ Herbert de Souza – o Betinho – era sociólogo, militante de esquerda e foi exilado político durante a ditadura. Era irmão de um conhecidíssimo cartunista brasileiro (Henfil). Ambos eram hemofílicos e ambos contraíram HIV em transfusões de sangue nos anos 80. Apesar de sua saúde debilitada (pela hemofilia e pela AIDS), Betinho trabalhava incansavelmente na campanha e isso produzia um efeito mobilizador muito forte. A personalização da campanha em torno de seu nome foi inevitável: ela prestava uma homenagem antecipada e, ao mesmo tempo, impulsionava propagandisticamente as ações.



A da UFRJ, a primeira, nasceu em 1995, inspirada diretamente por um desafio lançado a ela pelo COEP⁴ – o comitê de entidades, que passou a dirigir a Campanha Contra a Fome, bem como de outras demandas em torno da redução da violência nas favelas do Rio de Janeiro⁵. A proposta inicial partia da concepção de “transferência de tecnologia”, inspirada nas incubadoras de empresas de base tecnológica (de modelo norte-americano), mas estava orientada para empreendimentos populares cooperativos. A UFRJ buscou assessoria na Universidade Federal de Santa Maria (no Rio Grande do Sul), que reunia, ao mesmo tempo, experiências em extensão rural e em organização de cooperativas.

Durante todo o período de estruturação do projeto ITCP/COPPE/UFRJ algumas universidades e alguns governos buscaram a incubadora e as fontes de fomento na possibilidade de montar projetos similares, tendo em vista sua repercussão. Essa pressão foi positiva e começou-se a amadurecer a idéia da montagem de incubadoras em outras universidades. Desde o seu início a incubadora sempre foi vista como projeto piloto a ser montado em outros locais. O compromisso é repassar essa tecnologia a outras instituições. (GUIMARÃES, 2000, p. 114)

O projeto da primeira *incubadora tecnológica de cooperativas populares*, então, recebeu financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal) e previa formas de difusão de sua metodologia. A principal delas foi a realização de um seminário, ocorrido em 1998, para a apresentação da experiência da ITCP-UFRJ.

Nesse momento, inclusive, outras universidades já haviam tomado contato com a incubadora da UFRJ e começavam a organizar as suas ITCPs. O seminário

⁴ Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida.

⁵ A Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) é um centro universitário federal de pesquisa em ciências da saúde, cujo campus encontra-se no meio de um conjunto de morros, onde predominam as favelas. Nessa época, o tráfico de drogas já havia dominado territorialmente o seu entorno e a violência cercava o campus, com episódios frequentes de tiroteio entre os bandos dos diversos morros. A direção da instituição solicitou, então, um projeto de ação social piloto, que experimentasse formas inovadoras de gerar empregos e reduzir a miséria e a violência nas favelas.



amplificou a ideia e, ainda no final de 1998, formou-se a REDE, então, com seis incubadoras⁶. No ano seguinte, a REDE DE ITCPs foi convidada – e ela aceitou o convite – a fazer parte de uma rede mais ampla, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHO), constituindo-se como seu “PROGRAMA NACIONAL DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES – REDE DE ITCPs”.

A formação da REDE e seu ingresso na UNITRABALHO foram decisivos para a difusão da proposta das ITCPs. A UNITRABALHO era uma rede formada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, que se articulava em núcleos por universidade. O fato de que ela era uma fundação universitária⁷, criada por reitores progressistas e controlada por um conselho formado pelos dirigentes das universidades, havia dado um caráter de legitimidade e reconhecimento institucional muito amplo e, nessa época, já contava com cerca de 45 (quarenta e cinco) universidades filiadas.

Um terceiro passo, que impulsionou a difusão da experiência, foi o aparecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – o PRONINC. Na sua primeira edição, que durou entre 1998 e 2000, o PRONINC financiou a formação e a consolidação de algumas das primeiras incubadoras,

⁶ Incubadoras das seguintes universidades: Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Federal do Ceará (UFC), de São Paulo (USP), Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), Federal do Paraná (UFPR) e Estadual da Bahia (UNEB). No ano seguinte, 1999, quando a REDE aprovou seu primeiro estatuto, já se haviam somado as incubadoras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Fundação Santo André (FSA).

⁷ A legislação brasileira permite às universidades – públicas ou privadas – a constituição de entidades de direito privado (institutos ou fundações) que podem captar recursos extra-orçamentários através de convênios e outras modalidades de contrato para a prestação de serviços a terceiros, sendo que não há limite ao número de fundações de que uma universidade pode dispor. A Fundação UNITRABALHO inscreve-se neste caso, sendo uma fundação vinculada a todas as universidades participantes da REDE UNITRABALHO. No Brasil, entretanto, é crescente o questionamento a este formato híbrido (público-privado), dado o número de escândalos envolvendo a administração dessas fundações.



que formaram a REDE (UFRJ, UFC, UFJF, UFRPe, USP e UNEB⁸). Os recursos eram provenientes da Fundação Banco do Brasil e da já referida FINEP.

Esses três fatores – a formação da REDE, seu ingresso na UNITRABALHO e o financiamento proporcionado pela 1.^a edição do PRONINC – impulsionaram o crescimento do número de incubadoras.

3 UMA HISTÓRIA DA REDE – SEGUNDA PARTE: EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Durante o ano de 2002, mesmo sem os recursos do PRONINC, a REDE já contava com mais de 20 incubadoras. No ano anterior, as incubadoras haviam executado um projeto de pesquisa sobre suas diferentes metodologias, que havia sido financiado pela ICCO – *Interchurch Organization for Development Co-operation*, uma organização holandesa. Foi nesse ano, também, que a REDE DE ITCPs deixou de ser parte da REDE UNITRABALHO.

Divergências entre a coordenação da REDE DE ITCPs (que, como já dito, era então um “programa nacional” da UNITRABALHO) e a coordenação da própria UNITRABALHO, sobre a execução do projeto da ICCO e o controle dos recursos, fizeram aflorar as diferenças mais profundas, que havia entre as duas redes.

A UNITRABALHO era uma fundação, uma estrutura institucional com certo peso burocrático (recursos humanos qualificados, sede, despesas com deslocamentos de dirigentes etc.), controlada em última instância pelos reitores e com uma hierarquia centralizada – os coordenadores dos programas e projetos nacionais, por exemplo, eram escolhidos pelo Diretor Executivo da Fundação.

Já a REDE DE ITCPs funcionava com uma estrutura de tipo federativa/cooperativa: nenhuma burocracia, uma estrutura de decisões de caráter federativo

⁸ Universidades Federais do Rio de Janeiro, do Ceará, de Juiz de Fora e Rural de Pernambuco; Universidade de São Paulo e Universidade Estadual da Bahia.



e uma coordenação eleita diretamente pelas incubadoras afiliadas. A Coordenação da UNITRABALHO acusava a REDE DE ITCPs de paralelismo e de excessiva autonomia, enquanto a coordenação da REDE DE ITCPs queixava-se da tentativa da UNITRABALHO de exercer controle sobre as incubadoras⁹ e de financiar sua estrutura burocrática com recursos de projetos, que deveriam financiar as incubadoras e não a Fundação.

A pesquisa financiada pela ICCO acabou se realizando sob um clima de desconfiança mútua. À época de sua conclusão, haviam sido pesquisadas 16 incubadoras; 2 incubadoras da REDE (entre elas a da pioneira UFRJ) não participaram da pesquisa, e outras 6 estavam em formação, totalizando 24 incubadoras naquele ano.

Com a separação, surgiram duas “redes”. A UNITRABALHO constituiu um pequeno grupo cuja proposta era expandir-se através de seus núcleos locais e a única incubadora entre as fundadoras, que ficou por ali, foi a da Universidade Federal do Ceará. Quase todas as demais incubadoras, porém, ficaram na REDE DE ITCPs, especialmente as mais antigas.

O ano de 2002, porém, foi um ano em que outra mudança conjuntural importante alterou os rumos da construção da REDE DE ITCPs: foi o ano em que Lula – treze anos e três eleições após a sua primeira tentativa – foi eleito presidente da República.

A eleição de Lula já não estava vinculada diretamente aos movimentos sociais populares, de esquerda, como nos anos 80, mas sim aos seus remanescentes. Esses movimentos haviam experimentado crises ou simplesmente “desaparecido”

⁹ Algumas incubadoras (das quais alguns autores deste texto faziam parte, inclusive), como as da UCPEL/Universidade Católica de Pelotas, da UNICAMP/Universidade Estadual de Campinas, da USP/Universidade de São Paulo e da FURB/Universidade Regional de Blumenau, manifestaram-se contrárias à separação. Esse pequeno “bloco” advogava a permanência das incubadoras na REDE UNITRABALHO e uma luta por sua democratização e desburocratização.



do cenário político (como no caso da CUT). O socialismo já se tornara uma ideia vaga e distante no imaginário dos militantes do PT, o arco de alianças, que formava o governo Lula, já comportava inclusive grandes empresários¹⁰ e a vitória de Lula pode ser explicada, principalmente (mas não só) pelo fracasso das políticas neoliberais e seus efeitos sociais, e pela oposição histórica do PT a essas políticas.

O governo Lula inicia, portanto, sob o signo da oposição moderada ao neoliberalismo, o que significava reintroduzir políticas sociais de maior abrangência e eficácia, como o famoso Programa Fome Zero (outra referência ainda à Campanha do Betinho) e, mais tarde, o Programa Bolsa Família.

A economia solidária havia crescido geometricamente durante a década anterior e muitos governos locais e estaduais haviam desenvolvido programas de políticas públicas em seu apoio. A formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – composto de empreendimentos, entidades apoiadoras e gestores públicos, e que precedeu à posse de Lula na presidência – já demonstrava a vontade desse conjunto heterogêneo de atores de verem representadas as suas reivindicações no novo governo.

Foi nesse contexto que se criou, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ela foi entregue a Paul Singer, que reunia muitas qualidades, que o habilitavam sobremaneira ao cargo: renomado economista e professor de uma importante universidade (USP); um dos mais antigos e respeitados militantes intelectuais do PT; coordenador da ITCP da Universidade de São Paulo, e um reconhecido teórico da economia solidária. O próprio Singer hipotecou seu enorme prestígio junto ao PT em defesa da criação de um órgão governamental para a economia solidária.

¹⁰ Como Henrique Meireles, que se tornou presidente do Banco Central logo após deixar a presidência do Bank Boston e eleger-se deputado federal pelo partido de Fernando Henrique Cardoso (o PSDB), ou mesmo do Ministro do Desenvolvimento Econômico, Luis Fernando Furlan, que era presidente da Sadia, uma megacorporação da indústria de alimentos (esses, entre outros...).



Logo depois de criada a SENAES, o PRONINC teve sua 2.^a edição e tornou-se um dos mais importantes (senão o mais importante) programas da secretaria e permitiu o funcionamento de 33 incubadoras entre 2005 e 2007.

Por iniciativa da FINEP, o PRONINC foi revivido e nele foi incluído a SENAES (...), que havia sido criada por Lula, no mesmo ano [2003]. Naquela altura, já havia 33 incubadoras, organizadas em duas redes, que foram todas incorporadas ao PRONINC. No mesmo ano, o PRONINC deu apoio material a todas as incubadoras, tanto para dar continuidade à incubação, como para ajudar a criar novas incubadoras. (SINGER, 2007, p. 5)

Uma 3.^a edição do PRONINC (2009-2010) financiou atividades em 64 incubadoras, das quais 40 são parte da REDE DE ITCPs. Voltaremos mais adiante ao tema do PRONINC e suas repercussões sobre as incubadoras.

4 AS INCUBADORAS EM SEU OFÍCIO

Como já foi dito, uma incubadora é uma unidade acadêmica, podendo ser um projeto, um programa, um núcleo, um centro ou a denominação que cada universidade considere mais apropriada adotar. Normalmente, ela é formada, ao mesmo tempo, por professores, técnicos, bolsistas e estudantes; a interdisciplinaridade é uma “marca registrada”, e – ao menos em termos de princípios – se propõe uma estrutura decisória, que leve em consideração a participação de todos os seus membros na tomada de decisões¹¹. Além disso, a variedade de situações institucionais é muito grande.

¹¹ Teoricamente, as incubadoras se propõem “autogestionárias”. Mas essa é uma realidade difícil de ser alcançada no interior de instituições culturalmente muito hierarquizadas e meritocráticas, como são as universidades. Mesmo assim, em muitas incubadoras as decisões são tomadas de forma colegiada ou assembleária, com a participação de todos, na base de um voto por participante, independentes de sua condição acadêmica (professor, técnico, estudante de graduação ou estudante de pós-graduação, etc.).



(...) A incubação se produz num espaço social e pedagógico que antepõe dois “mundos” distantes que se encontram: o mundo do saber acadêmico, concentrado nas universidades, e o mundo do saber popular, dos trabalhadores e de suas experiências de vida. E em cada ITCP se produz um encontro diferente, pois cada universidade comporta um sistema mais ou menos singular de relação com a comunidade, de estrutura de poder, de co-relação interna de forças políticas e projetos, de estruturas de trabalho, enfim, uma “cultura acadêmica e institucional” própria. E porque cada micro-região em que se insere cada ITCP possui, também, características específicas meso-econômicas, culturais, de relação política da comunidade etc. Então, a incubação de cooperativas aparece na intersecção desses dois espaços sociais: da universidade e da comunidade. (CRUZ, 2004, p. 42)

Embora a extensão universitária seja a face mais conhecida das ITCPs, a pesquisa está sempre presente e de forma volumosa, por conta das demandas, que a incubadora precisa atender, de parte dos grupos assessorados. De modo quase geral, as incubadoras, também, ensinam atividades de ensino variadas sobre economia solidária e cooperativismo, que passam por cursos abertos de extensão, disciplinas de graduação e pós-graduação oferecidas por seus professores, ou ainda pela incorporação desses temas a programas de disciplinas dos mais variados cursos.

Os princípios ético-políticos das incubadoras são basicamente os mesmos e estão contidos nos estatutos da REDE DE ITCPs: a defesa dos princípios da economia solidária e do cooperativismo (seguindo os princípios da Aliança Cooperativa Internacional), o que inclui a autogestão dos empreendimentos e a defesa de uma sociedade mais justa, mais democrática e menos desigual; a articulação plena entre ensino, pesquisa e extensão; a defesa do estabelecimento de um compromisso efetivo da universidade para com os setores populares, em suas aspirações e projetos; o exercício da autogestão no interior das incubadoras, superando as hierarquias tradicionais entre docentes, técnicos e discentes; a interdisciplinaridade das equipes, que atuam nas incubadoras; finalmente, a participação ativa nos fóruns de organização política e econômica dos empreendimentos de economia solidária.



São esses princípios, que unificam a REDE DE ITCPs, pois não há, nela, *uma* metodologia de incubação que a caracterize. Há, sim, várias metodologias de trabalho, que variam ou se alternam em função de variáveis diversas para cada realidade: se instituições públicas ou privadas; se federais, estaduais, comunitárias ou confessionais, etc.; se de grande ou pequeno porte; se voltadas para o meio urbano ou rural; se em regiões mais ou menos dinâmicas do ponto de vista econômico; se contam com maior ou menor apoio da respectiva reitoria; se tem maior ou menor articulação com o movimento da economia solidária; se predomina tal ou qual perspectiva teórica, etc.

Muitas incubadoras têm como princípio metodológico atender apenas a demandas previamente organizadas, de grupos que já possuem alguma identidade social, mesmo que ainda não estejam trabalhando; outras operam em territórios específicos (um bairro ou uma vila rural, por exemplo), sensibilizando a população para a economia solidária.

Essa heterogeneidade vale, também, para as equipes de trabalho: em muitas incubadoras, há certo equilíbrio entre o trabalho docente e discente; em outras, os estudantes predominam amplamente, e há, ainda, algumas incubadoras em que o trabalho dos técnicos é preponderante. Em muitas incubadoras, o trabalho discente é remunerado com bolsas de extensão ou de pesquisa, enquanto em outras (nas universidades privadas – comunitárias ou confessionais, em sua maioria) a ação dos estudantes é voluntária. Muitas incubadoras têm forte preocupação com a formação de seus quadros de intervenção, promovendo cursos regulares de formação básica para quem vai participar do trabalho de incubação e isso é mais comum nas ITCPs em que o trabalho discente tem maior importância; em outras, essa não é uma questão tão decisiva.

O processo autoavaliativo é muito variável e muitas incubadoras simplesmente não possuem nenhuma estrutura ou metodologia referente a isso. O mesmo vale para a seleção dos grupos incubados: algumas incubadoras procuram atender



a todas as demandas, simplesmente; outras selecionam os empreendimentos entre aqueles, que demandam incubação através de critérios muito flexíveis, e outras, ainda, desenvolveram processos bastante rigorosos de seleção.

Há uma forte polêmica sobre a legitimidade de incubar empreendimentos não populares – de egressos da universidade, por exemplo. Embora isso, a grande maioria das incubadoras trabalha apenas e diretamente com populações de baixa renda e pouca escolaridade. Em geral, predominam grupos nas áreas de artesanato, agricultura familiar e seleção de resíduos sólidos (reciclagem). Mesmo assim, a lista de outros tipos é grande e inclui empresas recuperadas, pescadores artesanais, grupos de confecção e costura, detentos e ex-detentos do sistema prisional, usuários do sistema de saúde mental, produção cultural e artística, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas¹²), clubes de trocas, bancos comunitários e outras formas de finanças solidárias, e muitos outros tipos de empreendimentos...¹³

O que há de mais comum entre as incubadoras diz respeito aos princípios e objetivos, de um lado, e ao trabalho cotidiano de outro. A incubação é sempre – basicamente – um processo pedagógico de trocas intensas entre os grupos e as equipes de incubação, marcadas por um compartilhamento de projetos, de problemas e de trabalho na busca de soluções. Ações de ensino-aprendizagem e

¹² “Quilombo” era a designação utilizada, à época da escravidão, para as aldeias de escravos afro-brasileiros foragidos das propriedades rurais em que eram cativos. Por segurança, os intercâmbios entre essas comunidades e o resto da sociedade eram mínimos. Com a abolição da escravidão (1888), muitas dessas comunidades continuaram existindo e mantendo sua forma de vida rudimentar, pobre e isolada da sociedade hostil, governada pelos brancos, e outras se constituíram justamente após a abolição, como alternativa de sobrevivência econômica e sociocultural dos negros libertados. Um levantamento do governo brasileiro indicou a existência de 3.524 comunidades quilombolas no Brasil rural. Ver: <http://www.portaldaignualdade.gov.br/copy_of_acoes> (acessado em 10/01/2010).

¹³ Dados estatísticos não-atualizados sobre as incubadoras podem ser encontrados no relatório de avaliação institucional da 2ª. edição do PRONINC. Ver VARANDA; CUNHA, 2007. Disponível em <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/>> (acessado em 29/11/2009).



de pesquisa participante estão presentes sempre, bem como a busca de soluções tecnológicas (nem sempre encontradas), que priorizam a preservação ambiental e a relação solidária dos trabalhadores. Nesse sentido, oficinas e cursos oferecidos aos grupos e pautados em pedagogias participativas, também, são algo comum a todas as incubadoras.

A incubação exige sempre um grande esforço de coordenação para a intervenção interdisciplinar. Embora a estrutura de operação varie razoavelmente de uma incubadora a outra – podendo ser formada por equipes interdisciplinares “fixas”, ou por equipes “disciplinares”, que “flutuam” entre os empreendimentos, etc. – o processo de incubação exige ações num leque amplo de áreas de conhecimento: direito, economia e administração, contabilidade, pedagogia, serviço social e psicologia, áreas tecnológicas específicas em função do ramo de negócio de cada empreendimento.

Por fim, o processo de incubação é lento e não tem tempo determinado, embora raramente um processo de incubação dure menos que dois a três anos. Ele começa sempre com um processo de aproximação (“pré-incubação”), em que o grupo solidário e a incubadora se reconhecem mutuamente e estabelecem suas expectativas, ajustando entre si suas formas de interação. A fase de “incubação” (propriamente dita) costuma combinar ações de assessoria e consultoria com atividades diversas de formação. Finalmente, se o processo todo for bem sucedido, vem a “desincubação”, que geralmente acaba estendendo-se numa espécie de “pós-incubação”, em que os grupos recorrem à incubadora para determinadas ações, mais pontuais ou específicas (alguma assessoria ou intervenção de emergência, etc.).

5 TEORIAS, METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS: OLHARES SOB E SOBRE AS PRÁTICAS DE INCUBAÇÃO

Embora nos primeiros momentos da história das incubadoras tenha predominado uma visão tecnicista do processo – a incubadora da UFRJ, lembrando,



nasceu na sua Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia inspirada no modelo das incubadoras de empresas – o desafio de trabalhar com grupos de trabalhadores pobres levou a uma sistemática de reflexão sobre a incubação. Por outro lado, embora a dinâmica da incubação exija pesquisa e formulação teórica crescentes, as exigências do cotidiano tendem a absorver todo o tempo de trabalho em tarefas e atividades práticas.

Apesar desses obstáculos, as incubadoras têm sido centros produtores de pesquisa e de reflexão acadêmica, tanto sobre a economia solidária, quanto sobre o vasto campo interdisciplinar que elas representam. É comum a apresentação de trabalhos relacionados com a ação das incubadoras em quase todos os congressos acadêmicos de áreas específicas de conhecimento das ciências sociais. Não há um levantamento sobre essa produção, mas a publicação de livros e artigos e a realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado são comuns em praticamente todas as incubadoras.

Da mesma forma, apesar da sobrecarga de tarefas, as ações – regra geral – são planejadas a partir de referenciais teórico-metodológicos conhecidos, embora, também, diversificados entre as incubadoras. É possível construir um pequeno *inventário* dos debates e dos referenciais teóricos, que orienta o trabalho nas incubadoras, ainda que de maneira bastante sumária e incompleta, e correndo o risco de graves esquecimentos. Para isso, podemos eleger quatro grandes campos referenciais, divididos em dois blocos principais. O primeiro deles é a economia solidária; o segundo bloco está relacionado às práticas de incubação: (i) a micropolítica dos empreendimentos e da incubação (isto é, as relações de poder e de solidariedade internas aos grupos, como também entre grupos e incubadoras); (ii) a gestão econômica (mercado, estratégias, preços e custos, controles contábeis, etc.); (iii) a qualificação da produção (a tecnologia utilizada). O tema da economia solidária é amplo. Os escritos de Paul Singer constituem uma referência, sem dúvida, mas outros autores – passados e contemporâneos, brasileiros e estrangeiros (especialmente latino-americanos e franceses) – costumam ser lidos, embora, em



geral, os conceitos sejam pouco debatidos. A delimitação do próprio conceito de economia solidária tem lugar, embora bastante discreto, pois a discussão em torno de experiências concretas, dentro e fora do Brasil, ocupa um lugar mais destacado.

O segundo bloco de temas – as metodologias de incubação – constitui, então, o debate mais intenso da REDE. O conceito de *tecnologias sociais*, incluindo a própria disputa em torno do significado da expressão, é bastante significativo. Tal noção costuma ser utilizada sob duas concepções, a saber:

(a) É possível compreender tecnologias sociais no mesmo sentido que *tecnologias alternativas* ou *tecnologias apropriadas*, relacionadas às ciências naturais aplicadas (as *hard technologies*), que representam alternativas sustentáveis (econômica, social e ambientalmente), às tecnologias convencionais, consideradas economicamente inacessíveis aos grupos populares (na maior parte das vezes), relacionadas ao exercício heteronômico da gestão e vistas como ambientalmente insustentáveis.

(b) Também se utiliza a expressão em outro sentido bem diferente: tecnologias sociais como as metodologias e técnicas relacionadas à constituição e desenvolvimento de potencialidades humanas e que podem ser apropriadas pelos grupos populares, como as formas diversas de pesquisa-ação, a educação popular, a gestão cooperativa-participativa, os grupos operativos, etc.

É nesse âmbito das metodologias de incubação ou, se preferirmos, das tecnologias sociais (em ambos os sentidos), que se situa a maior parte da produção e do debate teórico, que se processa no interior da REDE DE ITCPs. O interessante e rico é que nas três áreas do debate (os processos relacionais, a gestão econômica e a adequação tecnológica), ele é feito em torno de experiências muito concretas, levadas a cabo por comunidades e incubadoras, na busca de alternativas eficazes para seus problemas efetivos. Surge daí a reflexão sobre experiências de *desenvolvimento territorial*, *moeda social*, *redes de troca ou de comercialização*, *finanças solidárias* e outras, bem como de experiências relacionadas a produtos e



processos produtivos socialmente adequados nas mais diversas áreas de negócios em que atuam os empreendimentos atendidos pelas incubadoras.

Veremos, na última seção, entretanto, que infelizmente a REDE DE ITCPs tem sido negligente no que diz respeito à tarefa de difundir e socializar todas essas experiências.

6 O FINANCIAMENTO DAS ITCPs E O CASO ESPECIAL DO PRONINC

Parte substancial dos custos de financiamento das incubadoras é garantida pelas próprias universidades, embora isso normalmente não seja percebido. A carga horária de docentes e eventualmente de técnicos, as bolsas de pesquisa ou extensão para estudantes, o espaço físico, os equipamentos, os recursos para deslocamento, o material didático, os recursos para pesquisas, etc. podem vir, em parte, do orçamento das próprias universidades. Mas há grandes diferenças: o nível de compromisso da universidade para com sua incubadora sobre essa questão pode variar entre “nada” e “tudo”, dependendo dos dirigentes de cada instituição¹⁴.

¹⁴ Temos questionado, no interior da REDE, aquilo que consideramos um “falso debate” sobre a “institucionalização” das incubadoras, cujo sentido é mais ou menos o seguinte: as incubadoras devem ou não se constituir como estruturas acadêmicas permanentes, integradas e subordinadas a organismos da administração ordinária da universidade? O argumento é de que isso poria em risco a “autonomia” das incubadoras e o melhor, então, é que as ações ocorram na forma de “projetos”, sem vínculo permanente. Em nossa opinião, tal posição é insustentável, pelo simples fato de que a relativa autonomia das incubadoras é garantida acadêmica e politicamente de forma única e exclusiva em função da relação específica que cada incubadora tem com os órgãos diretivos de sua respectiva universidade. Qualquer reitoria tem meios para vetar a realização de um projeto, assim como para desconstituir um programa acadêmico ou simplesmente trocar toda a equipe de uma incubadora. Essa “substituição coletiva” de um grupo de docentes de uma incubadora por ordem da reitoria já ocorreu em, pelo menos, quatro ocasiões na história da REDE, bem como já houve diversas tentativas, em diferentes universidades, de simplesmente extinguir a incubadora. Em todas as vezes, as razões foram claramente de ordem política e não de ordem técnica ou acadêmica.



Mesmo assim, é possível afirmar que a demanda por incubação de novos empreendimentos – e/ou por assessorias e projetos de desenvolvimento de outras ações relacionadas à economia solidária – é bem maior do que as condições estruturais de que as incubadoras normalmente dispõem, e os recursos originados dos orçamentos das próprias universidades são bastante escassos.

Existem fontes de financiamento extrauniversidades, mas que precisam ser vistas com atenção. Governos estaduais e municipais – de qualquer matiz ideológico – e fundações de direito privado vinculadas a empresas públicas¹⁵ são fontes normalmente buscadas e amplamente aceitas pela comunidade da REDE DE ITCPs, embora de acesso limitado (especialmente porque a maior parte desses recursos está destinada aos empreendimentos e não às incubadoras).

Entre as fontes privadas, nacionais ou estrangeiras, há diferenças e a utilização desses recursos é objeto de muitos questionamentos. Há fontes relacionadas a entidades consideradas meramente filantrópicas, vinculadas a igrejas, sindicatos ou agências de cooperação para o desenvolvimento, tanto nacionais quanto estrangeiras, que, em geral, são bem vistas e aceitas. Mas também há fontes relacionadas a grandes empresas privadas e surge aí um debate – muitas vezes abafado – que questiona o que se considera como “ligações perigosas”, já que na maior parte das vezes a “responsabilidade social” não passa de uma estratégia de marketing empresarial e/ou de evasão fiscal, sem compromisso real com a economia solidária e a transformação da realidade social.

De qualquer maneira, a principal fonte de financiamento para a maioria das incubadoras é o já citado PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que nasceu junto com a REDE DE ITCPs e que já se encontra, agora, em sua 3ª. edição, como resultado de um esforço político rea-

¹⁵ As modernas exigências de “responsabilidade social” têm obrigado praticamente a todas as empresas públicas a constituírem fundações desse tipo. No caso brasileiro, o Banco do Brasil e a Petrobrás são os casos mais notórios, apenas.



lizado pela, também, já citada SENAES, que a partir de 2003 passou a coordenar as ações do Governo Federal nessa área.

É interessante notar que apesar do olhar crítico (ou pelo menos cético) da maioria dos gestores públicos em relação à economia solidária, inclusive no Governo Lula, cresceu significativamente o número de ministérios e órgãos públicos do Governo Federal, que passaram a contar com programas sociais dirigidos ao tema. A SENAES teve a sensibilidade política de atrair para uma mesma mesa de ações conjuntas esses programas, procurando intermediar a demanda dos ministérios por executores de políticas sociais na área de economia solidária, de um lado, e a demanda das incubadoras por financiamento, de outro. Isso foi feito através de uma iniciativa informal: a conformação de um Comitê Gestor do PRONINC com a participação – ainda informal – de todos os ministérios e órgãos públicos interessados no tema. Primeiro, foram chamados os “parceiros históricos”: o COEP (que estava na demanda original da primeira incubadora), o Banco do Brasil e a sua Fundação, e a FINEP. Logo a seguir, outras instâncias governamentais: os ministérios da Educação (dada a vinculação das universidades); da Saúde (interessado em fomentar empreendimentos junto aos usuários do programa de saúde mental); do Desenvolvimento Social (especialmente interessado em atender ao público do Programa Bolsa Família); do Desenvolvimento Agrário (com ações na agricultura familiar, na segurança alimentar e na reforma agrária); da Justiça (com programas na área de reinserção social dos apenados); do Turismo; da Cultura; da Aquicultura e Pesca.

As duas redes de incubadoras (a REDE DE ITCPs e a UNITRABALHO), também, foram convidadas a fazer parte do Comitê, assim como, mais recentemente, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que congrega representantes de governos estaduais e municipais, que têm políticas específicas para o setor.

A presença maior de órgãos governamentais aumentou os recursos disponíveis, mas também gerou problemas que ainda precisam ser resolvidos.



Ocorre que originalmente o PRONINC estava constituído apenas por um “fundo comum”, que destinava recursos a partir dos projetos de incubação apresentados pelas incubadoras, que indicavam quantos, onde e como seriam incubados os empreendimentos demandantes, submetendo seus projetos a julgamento a partir de editais lançados pelo Governo Federal através da SENAES. Mas por força de restrições legais, por um lado, e de decisões políticas, por outro, muitos ministérios passaram a lançar editais próprios, orientados pelo Comitê Gestor do PRONINC e submetidos à sua aprovação, mas que tratavam da execução de políticas específicas de cada ministério. Assim, o Ministério da Pesca lançou um edital dirigido à incubação de cooperativas e de redes de cooperativas de pesca profissional artesanal; o Ministério do Turismo, em relação às atividades econômicas na área do turismo e assim por diante.

Os resultados disso foram (i) o início de um processo de fragmentação do próprio programa – o que inclui, entre outras ameaças, o problema crônico da descontinuidade dos recursos e tudo o que isso acarreta à ação das incubadoras; e (ii) a ameaça das incubadoras passarem a atender diretamente às demandas do governo, ao invés das demandas efetivas dos grupos de trabalhadores de seu território próximo, deixando de ser uma *unidade acadêmica de pesquisa e extensão* para tornarem-se *agências universitárias de execução de políticas públicas* na área de economia solidária.

Neste momento, a REDE DE ITCPs encontra-se empenhada em reverter essas tendências, por compreender que a dinâmica dos empreendimentos de economia solidária exige flexibilidade das incubadoras no atendimento à demanda concreta dos empreendimentos¹⁶. Contra-arrestar essa tendência exigirá uma

¹⁶ A execução e a avaliação de projetos de incubação não podem obedecer à rigidez comum de editais de execução de projetos governamentais. É difícil prever o que pode ocorrer num processo de incubação de cooperativas populares, pois o número de variáveis torna imprevisível o resultado da incubação, que exige um processo permanente de autoavaliação e replanejamento em função das alterações constantes nas conjunturas interna e externa ao empreendimento. Isso exigirá repactuar critérios de avaliação de projetos e de suas execuções, que tendem a adotar procedimentos tecnocráticos de avaliação, inspirados na relação “efetividade-eficiência-eficácia”, de caráter meramente economicista.



maior compreensão sobre a dinâmica complexa dos empreendimentos de economia solidária e sobre o trabalho das incubadoras, bem como um desenho institucional, que permita ao programa garantir o fluxo contínuo do trabalho das incubadoras e, ao mesmo tempo, o atendimento das demandas específicas dos vários ministérios.

7 AMEAÇAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ITCPs E SUA REDE

Transcorridos mais de dez anos da fundação da REDE DE ITCPs, pode-se afirmar, com convicção, a positividade das experiências – tanto das incubadoras quando da rede.

A presença de uma ITCP, em qualquer universidade, abre sempre um debate permanente sobre a economia solidária, sobre a relação das universidades com os setores populares, sobre o caráter da extensão que se pratica, e sobre a relação efetiva que há e aquela que pode haver entre extensão, pesquisa e ensino.

Por outro lado, a disseminação das incubadoras em grande número de universidades e a vinculação que se constitui entre elas e o movimento efetivo da economia solidária, através dos empreendimentos e de seus fóruns – em que pese as críticas sempre necessárias e presentes – constituem um elemento político importante na luta pela afirmação do movimento sociopolítico da economia solidária. Não por acaso, a REDE DE ITCPs tem estado presente em todas as coordenações nacionais eleitas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as incubadoras são reconhecidas pelos governos, em todos os níveis, como parte do movimento da economia solidária, fazendo parte – inclusive – do Conselho Nacional de Economia Solidária, o órgão oficial de assessoramento político do Governo Federal sobre as políticas do setor.

Num balanço parcial e incompleto dos desafios, que se vislumbra para os próximos anos, gostaríamos de destacar quatro tópicos, que nos parecem



reunir o fundamental das tarefas, que temos pela frente, nas incubadoras e na REDE: (i) qualificar ainda mais nossas ações e nossa capacidade de reflexão teórica sobre elas, melhorando nosso desempenho em relação a nossos objetivos e potencializando, portanto, a ação emancipatória dos empreendimentos com os quais nos relacionamos; (ii) ampliar nossa visibilidade e nossa capacidade de intervenção, através do reconhecimento acadêmico e social sobre a importância de nosso trabalho; (iii) aperfeiçoar nossa organização e nossa democracia, potencializando a capacidade de influência da REDE e das incubadoras nos processos sociais e políticos dos quais participam; (iv) estreitar os laços de solidariedade e de cooperação em nível local, nacional e internacional, com todas as organizações – sejam elas parte do Estado ou da sociedade civil – que comunguem de nossas esperanças e projetos.

8 QUALIFICAR NOSSAS AÇÕES

O período conjuntural que vivemos comporta grandes riscos e grandes oportunidades. A combinação crítica entre crise ambiental e crise econômica coloca nossa sociedade diante de uma encruzilhada na qual a economia solidária tem muito a dizer. Como parte de seu movimento, e como parte da universidade (com tudo que ela representa), as ITCPs têm uma grande responsabilidade, no sentido de contribuir positivamente com o aperfeiçoamento dos mecanismos de reprodução ampliada da solidariedade econômica e da reprodução da vida dos trabalhadores associados, na construção de uma nova utopia. Isso significa aprofundar e aperfeiçoar a estreita relação já estabelecida entre ensino, pesquisa e extensão, avançando a constituição de unidades acadêmicas mais amplas que as incubadoras, em direção à construção de cursos de graduação e pós-graduação em economia solidária e cooperativismo, com núcleos de pesquisa e extensão interdisciplinares, que sejam capazes de se vincular não apenas aos empreendimentos nascentes, mas também ao movimento geral da economia solidária. Isso não deve



significar o desaparecimento das incubadoras, mas, ao contrário, seu reforço e sua extrapolação em direção a campos mais amplos da atividade acadêmica.

No curto prazo, isso requer, por exemplo, muito mais que a continuidade de de nossos congressos acadêmicos¹⁷ nacionais e regionais, cuja existência tem melhorado muito a nossa construção coletiva. A REDE DE ITCPs encontra-se muito atrasada em relação a tarefas que, tratando-se de uma rede universitária, não poderiam completar dez anos sem que tais questões estivessem a muito tempo resolvidas: a publicação regular de uma revista científica das ITCPs, a viabilização de grupos de trabalho temáticos, que sejam capazes de produzir coletivamente e uma ferramenta mínima – um portal web! – que reúna e disponibilize as informações e produções científicas. Tudo isso requer apenas vontade política, organização e a utilização de ferramentas tecnológicas, que já existem...

9 AMPLIAR NOSSA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO

Garantir um atendimento mais amplo e mais qualificado à demanda por incubação de empreendimentos econômicos solidários depende, em primeiro lugar, da qualificação de nossas ações, é claro. Mas como já foi indicado aqui anteriormente, depende, também, da relação política que se possa construir entre as incubadoras e os dirigentes das instituições universitárias, mas também entre o conjunto das incubadoras e seus parceiros “macro”, isto é, entre a REDE e o movimento da economia solidária, de um lado, e entre a REDE e os agentes financiadores – especialmente o Estado – de outro lado.

Nesse sentido, a consolidação do PRONINC e de outros programas públicos, que permitam garantir que os recursos para a incubação não sejam descontínuos, deve ser encarada como uma prioridade. Essa é uma das conclusões, inclusive, do

¹⁷ A REDE DE ITCPs já realizou dois congressos acadêmicos: em 2006, em Itamaracá (estado de Pernambuco), e em 2008, em São Paulo, com a apresentação de mais de uma centena de trabalhos em cada uma das ocasiões.



relatório da 2ª. edição do PRONINC, preparado pela FASE¹⁸, a instituição, então, contratada pelo Governo Federal para a avaliação institucional do Programa:

Apesar da relevância e dos impactos das ações executadas pelas incubadoras, o PRONINC ainda busca sua institucionalização como política pública. As fontes de recursos para a continuidade do programa são instáveis e condicionadas ao lançamento de chamadas públicas e editais que atendem a demandas postas pelas instituições que compõem o seu Comitê Gestor. Desta forma, a vinculação das incubadoras ao programa é efetivada através da execução de projetos financiados pelas entidades que integram o Comitê Gestor e que trazem junto com o financiamento demandas específicas em relação ao atendimento a determinado público alvo, cadeias produtivas e territórios. (...)

Conforme observado durante a pesquisa, o êxito das atividades de acompanhamento aos grupos incubados tem relação direta com a garantia da manutenção dos espaços para a reflexão das experiências, o que permite a visualização e implantação de alternativas a médio e longo prazo. (VARANDA; CUNHA, 2007, p. 52)

Portanto, a relação com o Governo Federal e com quaisquer parceiros financiadores *não* passa por um atrelamento subserviente e acrítico às intenções e projetos de nossos parceiros, mas, ao contrário, passa pela construção de uma relação de respeito mútuo e cooperação transparente, em que a potencialização da economia solidária seja a prioridade dessa relação, sobre todos os outros particularismos, de qualquer viés, que se possa pretender.

Ao qualificarmos nossa intervenção acadêmica e ao pautar nossa relação e nossos compromissos externos à universidade de forma coerente e independente, seremos capazes de nos qualificarmos como interlocutores válidos e confiáveis e essa é a chave para a construção de relações mais amplas e verdadeiramente mais solidárias.

¹⁸ Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – uma das mais antigas ONGs em funcionamento no Brasil e que ao longo do regime militar esteve voltada para a formação política dos movimentos sociais. Existe desde 1961 e tem sede na cidade do Rio de Janeiro.



10 APERFEIÇOAR A ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DA REDE

A REDE DE ITCPs foi concebida para funcionar, de fato, como uma rede: nenhuma estrutura permanente¹⁹, nodos, que se comunicam e se articulam diretamente entre si (ou não), um processo de tomada de decisão que é, muitas vezes, informal (posicionamentos lançados num e-grupo, por exemplo) e a inexistência de qualquer estrutura formal (não há um registro legal, por exemplo). A REDE possui uma coordenação colegiada nacional, formada por um coordenador(a) nacional²⁰ e coordenadores regionais em cada uma das cinco macrorregiões administrativas do país (sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste). Ao menos uma vez por ano, a REDE realiza um Encontro Nacional²¹, que funciona como uma “assembleia deliberativa”, onde cada incubadora tem direito a um voto. As poucas despesas de funcionamento da coordenação – o pagamento do salário do(a) assessor(a) técnico(a) e eventualmente algum deslocamento emergencial de um membro da coordenação – são suportadas pelo pagamento de anuidades das incubadoras, na razão de um salário mínimo nacional por ano.

Essa estrutura leve e ágil é um fator decisivo para que a REDE funcione efetivamente como uma rede. Entretanto, o crescimento do número de incubadoras, ao longo do tempo, vem colocando desafios crescentes à manutenção desse formato e encontra-se em discussão, neste momento, uma reforma estatutária.

Nossa opinião é que duas coisas precisam ser alteradas na estrutura, permanecendo tudo igual no restante. (1ª) É preciso que a REDE adquira o mínimo de formalização – um registro legal, nada mais – a fim de evitar que se percam

¹⁹ Normalmente, a coordenação nacional conta com um(a) assessor(a) técnico(a), que faz a secretaria da REDE e da coordenação colegiada. Essa assessoria funciona sempre na incubadora do(a) coordenador(a) e ela é trocada juntamente com a troca de coordenação.

²⁰ Dependendo da amplitude das tarefas e da disponibilidade dos possíveis coordenadores, pode haver mais de um coordenador(a) nacional.

²¹ Até a redação deste artigo, a REDE já havia realizado quinze encontros nacionais – o último em Canoas (estado do Rio Grande do Sul), em novembro de 2010.



oportunidades importantes de convênios para desenvolvimento de parcerias e para facilitar o processo de contribuição das anuidades. (2ª) A REDE precisa constituir um comitê de avaliação de projetos, que funcione como um comitê de ética, capaz de orientar as incubadoras sobre aquilo que é considerado eticamente coerente com os princípios da REDE e aquilo que não é.

Qualquer alteração, que amplie a estrutura da REDE, no nosso entender, pode proporcionar, por outro lado, a constituição de uma burocracia, que poderia fazer perder sua condição atual de rede. Mesmo assim, em nossa opinião, tais mudanças são absolutamente necessárias e urgentes.

11 ESTREITAR OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE PARA COM NOSSOS PARCEIROS

Por fim, a REDE DE ITCPs, ao longo desses anos, ganhou significação no cenário das universidades brasileiras. Igualmente, passou a ocupar um lugar de destaque no movimento da economia solidária no Brasil, ao participar do Fórum Brasileiro e do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Ainda assim, a REDE continua sustentando relações descontínuas com setores sociais organizados, que poderiam constituir aliados importantes em sua ação: os movimentos sociais (sindicatos de trabalhadores, agricultores familiares, trabalhadores sem-terra, etc.), os movimentos sociais da própria universidade (docentes e estudantes) e, muito especialmente, os atores que, fora do Brasil, trabalham na mesma perspectiva das ITCPs. É preciso elaborar e executar, com urgência, uma política de ações concretas no sentido dessa aproximação.

12 DEVANEIOS FINAIS

Trabalhar numa ITCP e fazer parte da REDE de incubadoras é algo apaixonante; é sentir-se parte do movimento da história, na pequena escala em



que isso representa; é tomar a si a tentativa de fazer com que o conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado pela instituição universitária deixe de ser um privilégio para tornar-se um direito de todos; e, ao mesmo tempo, é participar da luta para que o conhecimento socialmente compartilhado e historicamente construído pelos trabalhadores seja reconhecido como parte essencial da nossa civilização. As incubadoras são um elo numa corrente histórica, já longa, de esforço para a construção de uma universidade a serviço de toda a sociedade; antes delas vieram aqueles a quem este texto homenageia.

Além disso, uma ITCP é um cadinho de pessoas: professores, técnicos, estudantes, economistas, advogados, assistentes sociais, engenheiros, etc. Essa mescla, por sua vez, se mistura a outras mesclas: agricultores, catadores, pescadores, artesãos, metalúrgicos, artistas, etc. – histórias de vida que têm um mundo a contar. Por isso, olhar as incubadoras da REDE e seus projetos de incubação é como observar um caleidoscópio: a cada movimento da mão um mosaico de formas e cores – sempre diferente do anterior e do próximo – se forma diante de nós. Nossa enorme responsabilidade, assim, torna-se quase lúdica, pois nossos sonhos são sonhados enquanto estamos despertos.

Mas isso não nos afasta do dever de transformar o mundo. Num tempo de crises, teimamos em querer construir um futuro diferente. Isso não nos assusta, nem nos cansa; apenas nos desafia; traz a esperança de que alguém, no futuro, repita sobre nós o velho refrão: “não sabiam que era impossível, e por isso o fizeram”.

REFERÊNCIAS

BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC/UFPR, 2007.



CANÇADO, Airton Cardoso. Incubação de cooperativas populares – metodologia dos indicadores de desempenho. Palmas: NESOL/UFT, 2007.

CRUZ, Antônio. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. In: **Cayapa** – Revista Venezolana de Economía Social, Año 4. Mérida, CIRIEC Venezuela: 2004. pp. 36-55

_____. Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica a partir da experiência. In: **IV Encontro de pesquisadores latino-americanos em cooperativismo**, 2006, Rosario (Argentina), mídia digital. Buenos Aires: CESOT/UBA, 2006.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil** – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ITCP USP (organizadora). **A gestão da autogestão na economia solidária**. São Paulo: ITCP/USP, 2007.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária** – uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: AnnaBlume, 2009.

SINGER, Paul. Apresentação. In: VARANDA, Ana Paulo de Moura; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (organizadores). **Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

VARANDA, Ana Paulo de Moura; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (organizadores). **Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas**. Rio de Janeiro: FASE, 2007. Disponível em: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br>. Acesso em: 09/02/2011.

